



**Relato da reunião ordinária do CD EPSJV
23 de maio de 2019**

PAUTAS

Curso de Desenvolvimento Profissional em Vigilância em Saúde para o Enfrentamento das Arboviroses

O vice-diretor de Ensino fez uma breve apresentação do Curso de Desenvolvimento Profissional em Vigilância em Saúde para o Enfrentamento das Arboviroses, coordenado pelo Lavsa, e que já foi aprovado na CT de Ensino da EPSJV.

O coordenador do Lavsa ressaltou que o curso é um projeto de pesquisa-ação, que está em convergência com o Projeto Político Institucional (PPI) da EPSJV, pois busca o fortalecimento da Escola nas ações interunidades da Fiocruz e interinstitucionais. Destacou ainda que o tema das arboviroses é central na saúde pública e na vigilância em saúde. Ele lembrou que o curso será desenvolvido em quatro territórios – Rio de Janeiro (Manguinhos), Paraty (RJ), Ceilândia (DF) e Maricá (RJ) – e que é importante desenvolver ações territorializadas.

A coordenadora da CCI elogiou os esforços do Lavsa para a construção de um curso com um tema tão relevante e com parcerias importantes.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a proposta do curso.

Vacância na Reprepoli

O vice-diretor de Ensino informou que após os debates na última reunião do CD EPSJV sobre a vacância na Reprepoli houve avanços e surgiram novas possibilidades após as conversas nos laboratórios.

A coordenadora do Lateps disse que seu laboratório discutiu o assunto e que um dos trabalhadores do Lateps fez um movimento para tentar montar uma chapa, mas não teve retorno. Na avaliação do colegiado do Lateps, os trabalhadores terceirizados, por causa do tipo de vínculo trabalhista, não estão se sentindo “confortáveis” em participar da Reprepoli. Por isso, o colegiado incentivou o trabalhador do laboratório a buscar servidores que queiram se candidatar, incluindo ele mesmo. Sugeriu ainda que o tema continue a ser discutido na Escola.

O coordenador da RET-SUS disse que considerava a participação dos coordenadores essencial nessa questão e que eles deveriam incentivar o debate em seus laboratórios. A coordenadora do Lateps lembrou que isso já estava acontecendo a partir do momento em que o tema virou pauta do CD EPSJV.

Os coordenadores do Labform e do Lic-Provoc informaram que não conseguiram debater o tema em seus colegiados por conta das atividades de trabalho.

A secretária da Direção (Sheila) disse que conversou com trabalhadores terceirizados e que dois deles demonstraram interesse em participar da eleição para a Reprepoli. Diante disso, ela sugeriu que o CD EPSJV fizesse um acordo para

reabrir o processo eleitoral para a Reprepoli e convidasse a comissão eleitoral para reassumir o processo.

A coordenadora do Lateps concordou com o encaminhamento pela reabertura do processo eleitoral e sugeriu que o prazo se estendesse até a próxima reunião do CD EPSJV, prevista para o dia 27 de junho.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, a reabertura do processo eleitoral.

Formação técnica nas áreas de Agente Comunitário de Saúde e Agente de Vigilância em Saúde

A Direção informou que entregou ao Ministério da Saúde uma proposta de duas formações técnicas para Agente Comunitário de Saúde (ACS) e Agente de Vigilância em Saúde (AVS) e também de formação docente. As propostas foram elaboradas por um grupo formado por trabalhadores de diversos laboratórios e setores da Escola - Marco Antonio Santos (Pós-graduação), Márcia Valéria Morosini (Lateps), Mariana Nogueira e Camila Borges (Laborat), Edilene Pereira, Gladys Miyashiro, Martha Ribeiro, Maurício Monken e Tatiana Docile (Lavsa) e Anamaria Corbo (Direção).

O grupo realizou duas reuniões para elaborar a proposta que contempla a formação docente e as oficinas para a estruturação dos cursos técnicos. A proposta apresentada pela Escola está centrada em alguns pontos estratégicos:

- fortalecimento da capacidade formativa em educação profissional em saúde das instituições públicas, sejam ETSUS ou Institutos Federais, com a participação das regionais da Fiocruz e universidades públicas;
- através deste fortalecimento, essas instituições poderão também no médio prazo organizar cursos de formação para outros profissionais que compõem a área da atenção primária, como os da saúde bucal;
- o envolvimento de vários atores que atuam na atenção primária na estruturação dos cursos, como a gestão municipal e estadual e as organizações das categorias;
- a integração entre os profissionais de saúde no território a partir da formação.

O coordenador do Lavsa perguntou se o Ministério estabeleceu um cronograma para a realização dos cursos e disse ainda que essa demanda foi muito corrida e que a Escola deveria tentar se adiantar a esses processos. A Direção disse que a pressa em apresentar a proposta foi para não perder a oportunidade política com a queda do Profags, mas que não há garantia de financiamento e nem cronograma previsto.

Oficina Nacional de Planejamento das Atividades de 2019/2020 da RET-SUS

A EPSJV participou da Oficina Nacional da RET-SUS, representada pela Direção e o vice-diretor de Ensino, nos dias 21 e 22 de maio, em Brasília. Na ocasião, a Escola também apresentou para as ETSUS a proposta de formação técnica para ACS e AVS e de formação docente. Em junho de 2019, o Ministério deve convidar as representantes regionais das ETSUS para discutir a atualização do Referencial Curricular Nacional para o Curso Técnico de ACS.

Na oficina, a EPSJV fez uma apresentação sobre o Mestrado RET-SUS e propôs que o projeto tenha continuidade. Até o fim de 2019, deve ser realizado um seminário do Mestrado RET-SUS e também está prevista uma publicação com o resumo expandido de todas as dissertações do referido Mestrado.

Na oficina, a representante do Departamento de Gestão da Educação em Saúde (Deges), da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação em Saúde (SGTES)

solicitou que a EPSJV enviase a proposta curricular do curso Técnico em Vigilância e do ACS, para apresentar em uma reunião com o ministro da Saúde.

A coordenadora do Lateps perguntou como se dá o reconhecimento da Escola no contexto da RET-SUS e do Deges. A Direção disse que o Deges/SGTES tem solicitado referências dos cursos da Escola nas áreas de Vigilância, ACS e Informações e Registros, assim como solicitou a inserção do Mestrado RET-SUS no plano de trabalho elaborado na oficina. A EPSJV tem sido considerada um ponto de referência para essas ações, mas sem um lugar instituído. Disse ainda que, na oficina, as ETSUS se colocaram também como coordenadoras e formuladoras de políticas, não apenas meras executoras.

O vice-diretor de Ensino disse que a EPSJV pode ter um papel de mobilização com um papel de destaque nas possibilidades de articulação da RET-SUS nesse período. Defendeu que a Escola faça um trabalho mais capilarizado de articulação política no interior da rede para difundir as práticas que a EPSJV defende no campo da educação profissional em saúde.

Publicação de anais de eventos

O CD EPSJV debateu a relevância da publicação de anais de eventos da EPSJV, a partir da carta apresentada ao CD EPSJV, no dia 4 de abril, pelo Conselho de Política Editorial (CPE). Na ocasião, ficou definido que o tema seria discutido na próxima reunião do CD EPSJV, com a presença do coordenador do CPE e após o debate nos laboratórios e setores.

O coordenador do Conselho de Política Editorial (CPE), que participou do CD durante o debate desta pauta, explicou que a publicação de anais não está prevista na Política Editorial da EPSJV e que o CPE não tem uma posição fechada sobre o assunto. Ele lembrou que a EPSJV passou a editar publicações, há alguns anos, por entender que as produções da Escola nem sempre tinham espaço, por exemplo, na Editora Fiocruz, mas que a Escola não é uma editora clássica porque não recebe material externo para publicação, publicando apenas material produzido por seus trabalhadores.

O coordenador do CPE leu uma carta do conselho na qual o grupo expressa sua posição sobre o tema. No documento, o CPE afirma não ter certeza se é a instância mais adequada para avaliar os anais de eventos, pois, normalmente, esses eventos possuem comissões científicas que se responsabilizam por essa análise. Mesmo sem ter uma posição fechada, o CPE tende a considerar que não é a melhor instância para essa avaliação. O CPE também tem dúvidas se o melhor encaminhamento é definir no CD ou passar a discussão para a Câmara Técnica de Pesquisa.

A coordenadora do Lateps disse que o colegiado de seu laboratório considera que a instância responsável por avaliar e definir sobre a publicação dos anais de eventos é o comitê científico e que é comum, em alguns casos, a publicação dos anais antes ou durante o evento. Além disso, afirmou, ser comum que esse tipo de publicação venha com uma nota informando que o conteúdo é de total responsabilidade do autor.

A coordenadora do Lateps disse ainda que concordava com o posicionamento expresso na carta do CPE e que a importância dos anais não estava restrita ao registro do evento, pois eles também cumprem um papel na cadeia de produção científica e de conhecimento. Defendeu que os anais devem ser publicados por causa do papel científico que cumprem e que o CPE não é a instância para isso. Contando sua experiência como trabalhadora e pesquisadora na revisão de anais, ela defendeu ainda que os anais não deveriam passar nem por revisão técnica na CCDE como acontece com os livros, pois assim, esse tempo de trabalho poderia ser

direcionado para outras obras. Disse ainda que concordava com a proposta de discussão na CT de Pesquisa, pois trata-se de uma política de difusão da pesquisa na Escola.

O coordenador do CPE propôs que seja mantida a revisão técnica, ressaltando que talvez seja possível pactuar com a CCDE critérios e processos distintos de revisão para cada tipo de material publicado, respeitando, assim, as especificidades dos anais. Sugeriu também que seja definido se a publicação de anais será sempre eletrônica ou se haverá possibilidade de se fazer também em versão impressa.

O coordenador do Labform também concordou que o tema deveria ser debatido na CT de Pesquisa e destacou a relevância dos anais de congresso como publicações que reúnem resumos de trabalhos científicos e a importância de se aprovarem os anais como publicações da EPSJV.

O CD EPSJV aprovou, por unanimidade, que a continuidade das discussões sobre a publicação de anais seja feita na CT de Pesquisa.

Contratos de terceirização

O vice-diretor de Gestão informou que a licitação para definição da empresa que vai promover a terceirização de trabalhadores da área de docência está na fase de análise de propostas e que nove empresas estão participando da concorrência.

Ele também apresentou as diretrizes do novo contrato de terceirização dos trabalhadores da gestão, que será licitado em breve. O novo contrato será realizado nos moldes do contrato atual (com a IPPP), sem reenquadramentos e novas contratações, com a ocupação dos 74 postos de trabalho atuais, 15 novas vagas para possíveis futuras contratações e quatro postos de trabalho intermitentes. Assim como acontece com o contrato atual, o novo contrato terá duração de até cinco anos, renovável a cada ano.

No novo contrato, a carga horária será de 40 horas semanais, no lugar de 44 horas do contrato atual. Para a escola, os custos do contrato incluem, além do salário de cada trabalhador, R\$ 20,50 por dia (auxílio-alimentação), R\$ 434,21 por mês (plano de saúde), R\$ 30 por mês (plano odontológico) e R\$ 8 por mês (seguro de vida) para cada trabalhador.

O novo contrato também está sob as regras da nova legislação trabalhista, que inclui mudanças como parcelamento de férias em até três vezes; jornada de trabalho negociada; possibilidade de intervalo de almoço mínimo de 30 minutos; registro de jornada de trabalho; teletrabalho e trabalho intermitente; além de não considerar o trajeto entre a residência e o trabalho como tempo de serviço para o caso de acidente de trabalho.

Ainda em relação a mudanças na legislação, o vice-diretor de Gestão informou que está vetado aos terceirizados funções de planejamento, coordenação, supervisão e controle, de acordo com o Decreto 9707/2018 e a IN 05/2017. Informou ainda que os contratos de terceirização não permitem planos de cargos, carreiras e salários.

De acordo com o levantamento apresentado ao CD EPSJV, nos últimos cinco anos, os terceirizados pela IPPP tiveram um aumento de 54,7% (em média), valor 12% acima da inflação acumulada no período.

Ainda de acordo com o estudo realizado pela vice-direção de Gestão, atualmente, há uma diversidade de pessoas em funções diferentes ocupando cargos iguais. Para tentar resolver essa questão, foi constituída uma comissão que, segundo ele, não

conseguiu concluir a análise para a nova licitação por ser um trabalho muito complexo. Por isso, uma nova comissão será formada para fazer o estudo dos enquadramentos visando à possível realização de uma nova licitação para a terceirização da gestão, em um prazo de 12 a 18 meses, após o início do novo contrato. A nova comissão será formada por José Orbílio (VDGDI), Sergio Munck (Lires), Cristiane Sendim (Labgestão), Pedro Castilho (SADM), Mayrilan Rolin (SRH), Juliana Carvalho (Compras), Filipe Santos (Contratos) e Rodrigo Souto (SINF).

O vice-diretor de Gestão disse que a decisão de não reenquadrar nenhum trabalhador agora foi difícil, mas era a melhor decisão a tomar neste momento, para evitar injustiças. A ideia é fazer o novo contrato, com os reenquadramentos, no menor tempo possível para corrigir as distorções. A Direção ressaltou que a decisão de fazer uma nova licitação nesse prazo de 12 a 18 meses deverá levar em conta também a análise da conjuntura futura.

O vice-diretor de Gestão informou que no novo contrato, o Índice de Medição de Resultados (IMR) seria calculado com base na assiduidade do trabalhador. Os descontos salariais seriam proporcionais ao número de faltas sem justificativa dentro de um mesmo mês. A coordenadora do Lateps sugeriu mudanças nesse cálculo, pois na proposta apresentada está subentendido que cada trabalhador pode ter uma falta por mês sem ter desconto no salário. O vice-diretor disse que vai alterar o Índice para corrigir essa questão.

A coordenadora da CCI elogiou o trabalho da comissão, mas questionou o fato de o estudo para reenquadramentos, que é uma demanda antiga de diversos setores, não ter sido feito, e disse que não se sentia contemplada com a justificativa de que não houve tempo suficiente para fazer o estudo. Disse ainda que muitos terceirizados estão incomodados com essa situação, mas não se sentiram confortáveis para falar durante a reunião promovida pela vice-direção de Gestão para apresentação da proposta. Lamentou ainda a vacância da Reprepoli neste momento importante para os trabalhadores.

O vice-diretor de Gestão reafirmou que o tempo não foi suficiente para concluir o trabalho da comissão e que fazer reenquadramentos agora seria uma decisão pessoal e não técnica, por isso, decidiram adiar para não haver injustiça. A Direção disse que essa decisão foi tema de um debate interno árduo.

O coordenador da RET-SUS perguntou se a Direção já sabe quem serão as pessoas contratadas nas novas vagas do novo contrato. O vice-diretor de Gestão disse que não necessariamente as vagas extras do novo contrato serão ocupadas, isso dependerá das demandas e das condições orçamentárias. Informou ainda que a vice-direção de Gestão iniciará, no segundo semestre de 2019, uma atualização do mapeamento de demandas de cada laboratório ou setor e uma discussão sobre a força de trabalho na Escola.

Paralisações

O vice-diretor de Ensino informou que há uma previsão de paralisação para o próximo dia 30 de maio, em protesto contra os cortes nas verbas da Educação feitos pelo governo federal. Como já aconteceu no dia 15 de maio, quando em uma assembleia geral da EPSJV, se propôs que a Escola aderisse ao movimento e paralisasse suas atividades para que todos pudessem participar da assembleia em outro espaço, o vice-diretor de Ensino sugeriu ao CD EPSJV que avaliasse a possibilidade de a Escola promover uma nova assembleia geral, no dia 30 de maio, pela manhã, para fazer uma nova análise da conjuntura.

O coordenador do Laborat sugeriu que a assembleia fosse realizada na véspera, no dia 29 de maio. A coordenadora da CCI sugeriu que fosse realizada uma aula pública, em vez da paralisação. Já a coordenadora do Lateps disse que considerava que a realização da assembleia no próprio dia 30 de maio mobilizaria mais as pessoas do que a assembleia na véspera, e poderia deliberar sobre a adesão à paralisação nacional.

A Direção lembrou que a decisão sobre a paralisação não pode ser da Direção, mas sim da assembleia.

O coordenador do Lavsa disse que concordava com a paralisação e que o CD EPSJV deveria fazer uma análise da conjuntura e fazer um balanço da assembleia do dia 15, que mobilizou trabalhadores e estudantes.

A representante do Latec informou que alguns pais permitiram que os filhos participassem da manifestação e outros não.

A coordenadora do Lateps lembrou que a Escola tem os canais de informação com os responsáveis e que, depois disso, passa a ser a relação entre os pais e os estudantes. Disse ainda que era importante pensar no fato de a SADM não ter parado suas atividades e que a Escola deveria se organizar para manter algumas atividades. Disse ainda que alguns setores mantiveram suas atividades por desconhecimento da decisão da assembleia. Também sugeriu que seja feito um questionamento à Asfoc sobre um movimento mais unificado pela Educação.

As coordenadoras da CCI e do Lic-Provoc e o coordenador do Lavsa disseram que não consideravam válida uma articulação com a Asfoc, pois o sindicato tem se mostrado ausente.

O coordenador do Labgestão disse que considerava pedagógica a realização da assembleia no dia 30 de maio e que achava que a Asfoc deveria sim ser "provocada".

A Direção informou que, no dia 30 de maio, estará participando do CD Fiocruz e vai levar o tema para a reunião. Disse ainda que, caso seja decidido pela paralisação, deve ser feito um informe aos pais sobre a autonomia do movimento estudantil e que a participação dos alunos não é responsabilidade da Escola.

O CD EPSJV aprovou a realização de uma assembleia no dia 30 de maio, às 10h, para análise de conjuntura.

Presentes

Alexandre Moreno (Labman)
Alexandre Pessoa (Lavsa)
Anakeila Stauffer (Direção)
André Dantas (CPE) – convidado
Carlos Maurício (VDEI)
Daniel Groisman (Laborat)
Daniel Souza (Labform)
Etelcia Molinaro (Latec)
Gilberto Estrela (Labgestão)
Ingrid D'Ávilla (CCI)
Jefferson Silva (RET-SUS)

José Mauro (Lires)
José Orbílio (VDGDI)
Marise Ramos (Lateps)
Mônica Murito (Latec)
Pedro Castilho (SADM)
Rosa Neves (Lic-Provoc)
Sergio Oliveira (VDPDT)

Informes do CD EPSJV – 23/05/2019

Enviados por escrito

Aniversário da Fiocruz

Serão realizadas, de 27 a 31 de maio, as comemorações dos 119 anos da Fiocruz. A programação inclui a Feira do Trabalhador e diversas atividades no campus Manguinhos.

Política de Acesso Aberto

A palestra agendada para o dia 14 de maio, com a presença da VPEIC para discutir sobre a política de acesso aberto, acabou não acontecendo devido à falta de público. A mesma foi remarcada para o dia 3 de junho, às 13h30, em Câmara Técnica conjunta da VDPDT com a VDEI. Vale lembrar que a participação dos representantes, principalmente dos pesquisadores, é fundamental.

Mostra dos alunos do 4º ano

Devido à possibilidade de mobilização em prol da Educação marcada para o dia 30 de maio, a mostra dos alunos do 4º do Ensino Médio, foi transferida para o dia 6 de junho, no período da tarde.

Lic-Provoc

O Lic-Provoc convida todos os trabalhadores e estudantes da EPSJV para a XXXII Jornada de Vocação Científica, no dia 21 de maio, na qual 68 estudantes da etapa Inicia o do Provoc apresentarão as sínteses das atividades que têm realizado desde agosto de 2018. São trabalhos apresentados na modalidade p ster e, pela primeira vez, haverá apresenta o nos dois turnos, com início às 9h e encerramento às 17h.

Durante os meses de junho e julho de 2019, os candidatos ao próximo ciclo da etapa Inicia o do Provoc (agosto de 2018 a julho de 2019) se apresentam na EPSJV para entrevistas - etapa do processo seletivo que se encerra no início de julho de 2019.

No dia 17 de maio, as estudantes Analuz Cunha de S  Freire Sermarini e Hosana Figueiredo de Athayde (Provoc etapa Inicia o) apresentaram seus trabalhos, às 9h, no Centro de estudos do IOC, ambas orientadas de Sheila Soares de Assis, do Laboratório de Inova es em Terapias, Ensino e Bioprodutos (LITEB) - IOC.

No dia 3 de junho, às 13h30, o Lic-Provoc vai promover o Encontro "Reflexões e Experiências Pedagógicas sobre Educa o Científica", em parceria com a faculdade de Educa o da UFRJ. O evento   uma atividade pedagógica, na perspectiva de fortalecer a participa o da EPSJV no Complexo de Forma o de Professores da UFRJ. Profissionais do Lic-Provoc abordarão com licenciandos em Pedagogia da UFRJ a possibilidade de atua o de pedagogos na formula o e desenvolvimento de

iniciativas de educação científica. O próprio Provoc, da EPSJV, foi formulado e tem sido desenvolvido por pedagogos, desde sua origem.

Definido em conjunto com Silvina Hernandez, professora da Faculdade de Educação da UFRJ, o Encontro "Reflexões e Experiências Pedagógicas sobre Educação Científica" será avaliado, na perspectiva de que atividades do Provoc possam conformar um campo de estágio curricular de licenciandos em Pedagogia da Faculdade de Educação da UFRJ e até de outras universidades.

Foram convidados também a participar estudantes de pedagogia da UNIRIO e da UFF e participantes do EPISTEME, Grupo de Pesquisa do PROPED-UERJ, liderado por Rosa Maria Corrêa das Neves, pesquisadora do Lic-Provoc, e Siomara Borba, professora adjunta da Faculdade de Educação da UERJ.

Lires

Entre os dias 13 a 15 de maio, foi realizada na EPSJV a Oficina de Medidas em Epidemiologia, atividade da pesquisa "Fração de Câncer atribuível à ocupação no Brasil", coordenada pelo Prof. Raphael Guimarães. O primeiro dia foi aberto e contou com a participação de 29 pessoas, entre profissionais do Lires e estudantes da Pós-graduação da EPSJV, da ENSP e do ICICT. De fora da Fiocruz, havia estudantes da Pós-graduação da UFRJ (MP em APS), profissionais do Inca, da UNIRIO, da SMS-Rio e docentes da UFRJ, UFRN e da UERJ. Nos dias subsequentes (painel de especialistas), participaram oito pessoas - o coordenador da pesquisa e profissionais da UNIFESP, Inca, UFRN, NUST/CESTEH e uma aluna de mestrado do PPGSP/ENSP.

Durante os dias 27/05, 28/05, 19/05, 30/05, 04/06 e 06/06, o pesquisador Raphael Guimarães estará ministrando o curso "Câncer relacionado ao trabalho: uma visão epidemiológica", em parceria com o Hospital de Câncer de Barretos, como uma das atividades da Pesquisa "Fração de Câncer atribuível à ocupação no Brasil".